



Concurso Público para Soldado da Polícia Militar – QPPM 2ª classe

Domingo, 7 de abril de 2013.

Caderno de Prova A

Cargo: Soldado QPPM 2ª classe

Este caderno de prova contém questões de

CONHECIMENTOS GERAIS				CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS								Redação		
Prova Objetiva														
Língua Portuguesa	Realidade Étnica*	Soma		Noções de Direito Penal	Noções de Direito Constitucional	Noções de Direito Processual Penal	Noções de Direito Administrativo	Noções de Direito Penal Militar	Legislação Extravagante	Soma				
Nº de Questões	Nº de Questões	Valor de cada Questão	Valor da Prova	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Valor de cada Questão	Valor da Prova	Nº de Questões	Valor da Questão	Valor da Prova
10	5	1	15	5	6	5	6	6	7	2	70	1	25	25

* Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do estado de Goiás.

- 1) Verifique se seu nome, seu número de inscrição e do seu documento de identidade estão grafados corretamente, abaixo da linha. Se houver algum erro, comunique ao fiscal de sala, conforme item 86 do Edital.
- 2) Verifique ainda se o caderno está completo ou se há alguma imperfeição gráfica que possa gerar ilegibilidade ou dúvidas. Se necessário, peça a substituição deste caderno antes de iniciar a prova.
- 3) Leia cuidadosamente o que está proposto.
- 4) As respostas das questões objetivas deverão ser transcritas (marcadas) no cartão de resposta, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta preta. O cartão de resposta será o único documento válido para a correção da prova objetiva. Os candidatos que descumprirem este item arcarão com eventual prejuízo da ausência de leitura óptica de suas marcações e/ou de sua eliminação, conforme itens 91 e 92 do Edital.
- 5) Caso queira, o candidato poderá utilizar os espaços de rascunho deste caderno de prova e o rascunho do gabarito para registrar as alternativas escolhidas.
- 6) A partir das 16h 30min, os candidatos poderão sair da sala de prova portando este caderno, conforme itens 66, 67 e 87 do Edital.

Observação: Os fiscais não estão autorizados a fornecer informações acerca desta prova.

Identificação do candidato

Rascunho do Gabarito

Questão	Alternativas
1	a b c d
2	a b c d
3	a b c d
4	a b c d
5	a b c d
6	a b c d
7	a b c d
8	a b c d
9	a b c d
10	a b c d
11	a b c d
12	a b c d
13	a b c d
14	a b c d
15	a b c d
16	a b c d
17	a b c d
18	a b c d
19	a b c d
20	a b c d
21	a b c d
22	a b c d
23	a b c d
24	a b c d
25	a b c d
26	a b c d
27	a b c d
28	a b c d
29	a b c d
30	a b c d
31	a b c d
32	a b c d
33	a b c d
34	a b c d
35	a b c d
36	a b c d
37	a b c d
38	a b c d
39	a b c d
40	a b c d
41	a b c d
42	a b c d
43	a b c d
44	a b c d
45	a b c d
46	a b c d
47	a b c d
48	a b c d
49	a b c d
50	a b c d

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 5.

Lógica ou a arte de pensar

1 A lógica é a arte pela qual o homem conduz bem a sua razão em busca do conhecimento das
2 coisas. Essa arte consiste em reflexões que os homens fazem sobre as quatro principais operações da
3 mente humana: *conceber, julgar, raciocinar e ordenar*.

4 Denominamos *conceber* a visão que temos das coisas que se apresentam à nossa mente, como
5 quando representamos um sol, uma terra, uma árvore, um círculo, um quadrado, o pensamento, o ser, sem
6 formar sobre isso nenhum juízo expressamente. E a forma pela qual nós representamos essas coisas se
7 denomina *ideia*.

8 Denominamos *julgar* a ação de nossa mente pela qual unimos duas ideias que podem ter relação
9 uma com a outra, por exemplo, sabendo o que é a Terra e o que é redondo, afirmo acerca da Terra que ela
10 é redonda.

11 Denominamos *raciocinar* a ação de nossa mente pela qual esta forma um juízo a partir de vários
12 outros; por exemplo, julgando que a verdadeira virtude deva relacionar-se a um Ser supremo, e que a
13 virtude daqueles que não acreditam na existência desse Ser não se relaciona a Ele, conclui-se que a virtude
14 daqueles que não acreditam não é uma verdadeira virtude.

15 Denominamos *ordenar* a ação de nossa mente pela qual, tendo várias ideias, vários juízos e vários
16 raciocínios sobre um mesmo assunto como, por exemplo, o corpo humano, a mente organiza tais ideias,
17 juízos e raciocínios de maneira mais adequada para nos dar a conhecer esse assunto.

18 Tudo isso é feito naturalmente, e algumas vezes melhor por aqueles que não aprenderam nenhuma
19 regra da lógica do que por aqueles que as aprenderam.

20 Portanto, essa arte não consiste em encontrar a maneira de realizar tais operações, pois a natureza
21 já nos forneceu isto ao nos dar a razão; mas consiste em realizar reflexões sobre o que a natureza nos faz
22 realizar – o que serve para três coisas.

23 A primeira consiste em estarmos seguros de que nos utilizamos bem de nossa razão, porque a
24 consideração da regra nos faz dar a isso uma atenção nova.

25 A segunda consiste em descobrir e explicar mais facilmente o erro ou o defeito que se pode
26 encontrar nas operações de nossa mente, pois ocorre frequentemente que descobrimos naturalmente que
27 um raciocínio é falso, mas não descobrimos a razão pela qual é falso.

28 A terceira consiste em nos fazer conhecer melhor a natureza de nossa mente por meio das
29 reflexões e especulações que realizamos sobre suas ações.

30 Se os raciocínios que fazemos sobre nossos pensamentos dissessem respeito apenas a nós
31 mesmos, bastaria considerá-los em si próprios, sem revesti-los de nenhuma palavra, nem de quaisquer
32 outros sinais; mas, uma vez que não podemos fazer compreender nossos pensamentos uns aos outros sem
33 acompanhá-los de signos exteriores, e mesmo porque essas práticas são tão fortes que quando pensamos
34 solitariamente as coisas não se apresentam à nossa mente senão por meio das palavras com as quais nos
35 acostumamos a revesti-las quando falamos aos outros, é necessário na lógica considerar as ideias
36 juntamente com as palavras, e as palavras juntamente com as ideias.

ARNAULT, Antoine; NICOLE, Pierre. Lógica ou a arte de pensar. In: MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de linguagem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 47-48. (Adaptado).

Espaço para rascunho

Questão 1

É ideia defendida no texto:

- a) As operações de conceber e julgar são consideradas sinônimas no texto, já que ambas se referem ao ato mental de formação de um juízo a partir de vários outros.
- b) As operações de conceber e julgar são noções antagônicas, uma vez que se configuram como operações da mente humana que independem uma da outra.
- c) A lógica abarca unicamente os raciocínios e operações que o indivíduo faz sobre si mesmo, apenas por meio de signos interiores, isto é, sem a utilização de palavras para expressar suas ideias.
- d) A lógica é definida como a arte pela qual o homem conduz sua razão, abrangendo operações que podem ser feitas naturalmente, mesmo por aqueles que não aprenderam nenhuma regra da lógica.

Questão 2

No trecho que engloba as linhas 23 a 29, os autores

- a) desenvolvem ideias apresentadas no parágrafo anterior.
- b) apresentam paráfrases dos três primeiros parágrafos do texto.
- c) desenvolvem argumentos de outros autores para contradizê-los.
- d) apresentam argumentos opostos ao pensamento apresentado no parágrafo anterior.

Questão 3

Os termos “portanto” e “pois” (linha 20) expressam, respectivamente, sentido

- a) conformativo – aditivo
- b) conclusivo – explicativo
- c) concessivo – adversativo
- d) consecutivo – comparativo

Questão 4

No último parágrafo do texto, os pronomes que acompanham as formas verbais “acompanhá-los” (linha 33) e “revestí-las” (linha 35) referem-se, respectivamente, a

- a) pensamentos – coisas
- b) signos – ideias
- c) sinais – práticas
- d) raciocínios – palavras

Questão 5

No texto, a palavra “especulações” (linha 29) pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por

- a) certezas
- b) realidades
- c) indagações
- d) conveniências

Leia os textos a seguir para responder às questões 6 e 7.

Texto 1

Junte-se aos campeões. Garanta seus ingressos em FIFA.COM.

Superinteressante. Editora Abril, mar. 2013, p. 35.

Texto 2

A alegria morava em sua alma. A filha dos sertões era feliz, como a andorinha, que abandona o ninho de seus pais e peregrina para fabricar novo ninho no país onde começa a estação das flores. Também Iracema achava ali nas praias do mar um ninho do amor, nova pátria para seu coração.

Como o colibri borboleteando entre as flores da acácia, ela discorria as amenas campinas. A lua da manhã já a encontrava suspensa ao ombro do esposo e sorrindo, como a enredança que entrelaça o tronco robusto, e todas as manhãs o coroa de nova grinalda.

ALENCAR, José. *Iracema*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 80.

Questão 6

Tem-se, como funções da linguagem predominantes no texto 1 e no texto 2, respectivamente, as funções

- a) poética – conativa
- b) conativa – poética
- c) fática – metalinguística
- d) metalinguística – fática

Questão 7

São vocábulos pertencentes ao mesmo campo semântico de “alegria” e “campinas”, respectivamente:

- a) deleite – prados
- b) sonho – moradias
- c) travessura – nuvens
- d) pensamento – brisas

Leia o fragmento a seguir para responder às questões de 8 a 10.

Como me lembro deles...

1 De muita coisa passada na infância nós nos esquecemos, de outras não. Elas nos acompanham a
 2 vida inteira, embora não sejam coisas de profundidade nem tenham em si nenhum conteúdo de alto
 3 ensinamento. Foram simplesmente alguns traços vivos que, repetidos, de certa forma gravaram-se no
 4 disco das impressões deixando marca para sempre. Nos vários anos que passei longe da velha casa,
 5 sobrecarregada com os fardos, mais arcos da vida, muita coisa desapareceu da minha lembrança,
 6 sobre outras se fecharam de forma inviolável as gavetinhas da memória. Mas aqueles papéis de
 7 circunstância e junto a eles, a figura alta, magra e severa de minha mãe, esse quadro só a morte poderá
 8 apagar.

CORALINA, Cora. Papéis de circunstância. In: *Estórias da casa velha da ponte*. 13. ed. São Paulo: Global, 2006. p. 87. (Adaptado).

Questão 8

Predomina, no trecho acima, uma linguagem

- a) oral
- b) informal
- c) culta
- d) coloquial

Questão 9

É exemplo de uso conotativo da linguagem:

- a) “velha casa” (linha 4)
- b) “Nos vários anos” (linha 4)
- c) “nós nos esquecemos” (linha 1)
- d) “gavetinhas da memória” (linha 6)

Questão 10

Quanto ao trabalho com os elementos da narrativa, verifica-se que o fragmento

- a) é narrado em terceira pessoa.
- b) é narrado em primeira pessoa.
- c) apresenta tempo social que indica o contexto sociopolítico do trecho.
- d) apresenta tempo cronológico que faz referência ao futuro da narradora.

Questão 11

Iris Rezende recebeu uma formação política e uma educação familiar que o diferencia dos políticos em atividade no final da década de 1960. Com a disposição para conhecer o novo, ele abriu-se à liderança inovadora de Mauro Borges no comando do Estado, no início dos anos 60. Mauro foi seu grande inspirador. Paralelamente, buscou em Pedro Ludovico um mestre hábil, profundo conhecedor da arte de fazer política, o que faltava em

CUNHA, Cileide Alves. A inserção de Iris Rezende na política – entre o estilo político de Pedro Ludovico e a gestão inovadora de Mauro Borges. In: FERREIRA, D. P.; BEZERRA, H. D. (Orgs). *Panorama da política em Goiás*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2008. p. 11 – 12.

A relação política do ex-governador Iris Rezende Machado com a família Ludovico foi marcada por aproximações e distanciamentos. Dentre os episódios mais controversos, destaca-se

- o apoio de Iris Rezende, então Ministro da Agricultura, ao candidato Henrique Santillo, que disputou o governo estadual contra Mauro Borges nas eleições de 1986.
- o conflito interno no PMDB, motivado pela recusa de Mauro Borges em aceitar a candidatura de Iris Rezende ao governo estadual nas eleições majoritárias de 1982.
- a aceitação de Iris Rezende ao convite de Dante Ungarelli, presidente da UDN, partido de oposição a Pedro Ludovico, para disputar um mandato de vereador em 1953.
- a cassação de Iris Rezende do cargo de prefeito de Goiânia, realizada pelos militares em 1968, em represália à resistência de Mauro Borges ao Golpe Militar de 1964.

Questão 12

Tentaremos mostrar a seguir porque foi preciso buscar fora do estado a mão de obra para a construção civil, e a vida dos operários na edificação de uma nova Capital que viria a trazer o “progresso” para os proprietários de terra, para os grupos oligárquicos e para os capitalistas em geral.

CHAUL, Nasr N. Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: CEGRAF, 1988. p. 111.

O fato de que parte considerável dos operários e técnicos que trabalharam na construção de Goiânia foi trazida de fora do estado se explica porque

- o projeto de construção de uma nova capital era impopular para os muitos entusiastas das tradições da antiga Vila Boa de Goyaz.
- o governo dos Caiado investia pouco na qualificação de mão de obra, inexistindo instituições de Ensino Superior em Goiás nos anos 1920.
- o conflito gerado pela passagem da Coluna Prestes em Goiás provocou a desarticulação das escolas de nível técnico existentes no estado.
- o maior contingente da população de Goiás era de trabalhadores rurais, sem a experiência e o conhecimento técnico necessários para obras de maior vulto.

Questão 13

As minas eram, assim, uma espécie de colônia dentro da colônia [...] isso nos explica o pouco desenvolvimento da lavoura e da pecuária em Goiás, durante os cinquenta primeiros anos; todos os esforços de capital e de mão de obra deveriam concentrar-se na mineração. Tal sistema não se devia exclusivamente aos desejos e à política dos dirigentes; era também decorrente da mentalidade do povo.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'anna. *História de Goiás (1722-1972)*. Goiânia: Ed. da UCG, 1994. p. 16.

A sociedade goiana desenvolveu códigos sociais bastante peculiares durante o Ciclo do Ouro. A profissão de um indivíduo determinava seu prestígio, a partir das necessidades e prioridades específicas da época. De acordo com a mentalidade popular do século XVIII

- o vaqueiro era desprezado, pois tratava-se apenas de um transportador das riquezas produzidas.
- o roceiro era considerado importante, pois era o único que produzia alimento na região das minas.
- a profissão de mineiro era considerada a mais honrosa, tendo o mais alto *status* social na capitania.
- a atividade de coletor de impostos gozava de grande popularidade, uma vez que representava a Coroa.

Questão 14

A partir da década de 1970, Goiás passou por um intenso processo de urbanização, em decorrência da modernização da agricultura. A consequência foi uma configuração territorial atualmente caracterizada por

- a) existirem menos de dez cidades no estado que possuem uma população superior a 100 mil habitantes.
- b) concentrar nos 5 maiores núcleos urbanos de Goiás mais de 70% da sua população total.
- c) concentrar na região metropolitana de Goiânia mais de 70% da população total do estado.
- d) existir ainda um alto índice de população rural, que atinge cerca de 50% da população do estado.

Questão 15

Goiás apresentou, a partir da década de 1970, um acelerado aumento na produção agrícola, o que contribuiu para que o estado se tornasse um grande exportador de grãos para o mercado exterior. Um fator que contribuiu para isso foi

- a) a criação de colônias agrícolas e assentamentos populares no estado, que passou a cultivar grãos em larga escala.
- b) a existência de grandes bacias hidrográficas que permitiram a expansão das lavouras irrigadas no sudoeste goiano.
- c) a expansão do cultivo nas grandes extensões de solos sobre chapadões planos e o clima favorável aos cultivos de verão.
- d) a implantação de políticas públicas de incentivo à produção agrícola voltadas principalmente para o pequeno e médio produtor.

Espaço para rascunho

Questão 16

Sobre as hipóteses de conflitos de leis penais no tempo, verifica-se que

- a) a lei nova incrimina fatos antes considerados lícitos.
- b) a lei nova modifica o regime anterior beneficiando o sujeito.
- c) a lei nova suprime normas incriminadoras anteriormente existentes.
- d) ninguém pode ser punido por fato que a lei posterior deixa de considerar crime.

Questão 17

João da Silva, estando no aconchego do seu lar, se vê surpreendido por um assaltante. João pega uma faca e desfere golpe fatal contra o assaltante, matando-o. Que crime cometeu?

- a) Legítima defesa
- b) Crime impossível
- c) Homicídio doloso
- d) Homicídio culposo

Questão 18

Com relação a sujeito ativo e passivo do crime, verifica-se o seguinte:

- a) o sujeito ativo do crime não pode receber, conforme situação processual ou o aspecto pelo qual é examinado, o nome de agente.
- b) fala-se em sujeito passivo constante ou formal quando o Estado não é o titular do mandamento proibitivo. Ele é lesado pela conduta do sujeito ativo.
- c) embora toda pessoa humana possa ser sujeito passivo de crime, não há hipótese em que a lei se refere à vítima em relação às suas condições físicas ou psíquicas.
- d) o conceito abrange não só aquele que pratica o núcleo da figura típica, mas também o coautor ou partícipe, que colaboram de alguma forma na conduta típica.

Questão 19

Sobre concurso de pessoas, tem-se que

- a) participação é a prática da atividade principal daquele que colabora para conduta do autor.
- b) autoria mediata é apenas o que realiza diretamente e indiretamente ação ou omissão típica.
- c) coautor é quem executa, juntamente com outras pessoas, a ação ou omissão que configura o delito.
- d) autoria dirige-se àquele que realiza o tipo penal, ou seja, o sujeito que não realiza a ação tipificada.

Questão 20

Sobre as penas e os regimes das condutas restritivas de liberdade no Direito Penal, tem-se o seguinte:

- a) regressão é a transferência de um regime para outro menos rigoroso.
- b) continuam sendo três os regimes, fechado, semiaberto e aberto.
- c) na progressão evolui-se de um regime para outro muito mais rigoroso.
- d) as penas são classificadas em restritivas de direito, multa, penas acessórias.

Espaço para rascunho

Noções de Direito Constitucional**Questão 21**

A Constituição Federal consagra, dentre os princípios fundamentais, a Soberania Popular, ao dispor no parágrafo único do artigo 1º que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Nestes termos, a Constituição Federal adota o modelo

- a) misto de democracia representativa e direta, cujo exercício se dá pela eleição de representantes e por instrumentos de participação direta.
- b) exclusivo de democracia representativa, cujo exercício se dá pela participação direta, pelo voto direto e secreto, na eleição de representantes.
- c) misto de democracia direta e participativa, cujo exercício se dá apenas por instrumentos de participação direta na formação da vontade política.
- d) exclusivo de democracia participativa, cujo exercício se dá apenas pela participação direta, pelo voto direto e secreto, na eleição de representantes.

Questão 22

Dentre os direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal determina a inviolabilidade do sigilo da correspondência e de comunicação. Inclui-se nessa garantia a comunicação telefônica, cuja interceptação poderá ocorrer por

- a) ordem judicial, quando essa autoridade entender conveniente, ainda que dispensável.
- b) determinação judicial, para fins de investigação criminal, nas hipóteses e na forma da lei.
- c) determinação de qualquer autoridade pública, quando houver fundado receio da prática de ilícito.
- d) ordem da autoridade policial, para fins de investigação criminal, quando for conveniente e indispensável.

Questão 23

O processo legislativo se constitui por um conjunto de atos preordenados, interdependentes e contínuos, cujo fim é a elaboração das espécies normativas. O processo legislativo comporta ritos diferentes, entre os quais está o procedimento

- a) ordinário, cujo trâmite não pode ultrapassar o prazo de cem dias, sob pena de trancamento de pauta.
- b) especial, cuja característica é o trâmite de urgência, solicitado pelo(a) Presidente da República, sob pena de trancamento de pauta.
- c) sumário, cuja característica é o trâmite de urgência, com prazo limite de cem dias, solicitado pelo(a) Presidente da República.
- d) sumaríssimo, cujo trâmite de urgência é solicitado pelo(a) Presidente da República, não podendo ultrapassar quarenta e cinco dias para a sua aprovação final.

Questão 24

O Congresso Nacional dispõe, consoante os dispositivos constitucionais, de competência exclusiva para, com a sanção do(a) Presidente da República,

- a) dispor sobre o sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.
- b) aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares.
- c) declarar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio.
- d) sustar atos normativos do Executivo que extrapolem os limites de delegação legislativa.

Espaço para rascunho

Questão 25

A administração pública dos estados, dos municípios e da União, de acordo com o *caput* do art. 37 da Constituição Federal, organiza-se a partir de uma administração direta e uma administração indireta. Em relação a isso, tem-se que a administração

- a) indireta é composta por órgãos públicos despersonalizados que atuam na atividade administrativa central do Estado.
- b) direta é composta por órgãos públicos descentralizados que atuam diretamente na atividade administrativa do Estado.
- c) indireta é composta por entidades constituídas sob a forma de pessoas jurídicas por meio das quais o Estado realiza diretamente a administração.
- d) direta é composta por entidades públicas, constituídas sob a forma de pessoas jurídicas que atuam diretamente na atividade administrativa do Estado.

Questão 26

As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do(a) Presidente da República. De acordo com o art. 142, parágrafo 3º, os membros das Forças Armadas são denominados militares, sendo-lhes vedado

- a) emprego público civil temporário.
- b) exercício do direito de sufrágio e voto.
- c) transferência para outra unidade da federação.
- d) sindicalização e greve.

Espaço para rascunho

Noções de Direito Processual Penal**Questão 27**

Pelo princípio da presunção da não culpabilidade, conforme o direito brasileiro, tem-se que

- a) a prisão provisória é absolutamente proibida.
- b) ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- c) o Ministério Público deve provar a culpa do réu e o réu deve provar sua inocência.
- d) a liberdade provisória é medida excepcional e só poderá ser concedida após a solicitação da vítima.

Questão 28

O inquérito policial, nas ações penais públicas, poderá ser iniciado por requisição

- a) do Ministério Público
- b) do ofendido
- c) do próprio investigado
- d) dos familiares do ofendido

Questão 29

O princípio da ampla defesa

- a) não garante ao réu o direito de ser ouvido pessoalmente pelo juiz.
- b) impossibilita ao réu o direito de escolher seu defensor, mas confere ao defensor o direito de escolher o réu que irá defender.
- c) abrange o direito à defesa técnica e à autodefesa.
- d) confere ao réu o direito, ao renunciar a defesa técnica, de fazer sua própria defesa processual, mesmo sem capacidade postulatória.

Questão 30

O inquérito policial é um procedimento

- a) indispensável à propositura da ação penal.
- b) oral, mas, excepcionalmente, poderá ser escrito.
- c) disponível, uma vez que o delegado de polícia poderá promover seu arquivamento.
- d) inquisitorial e oficial, não se aplicando a ele os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Questão 31

A ação penal pública é regida pelo princípio da

- a) conveniência
- b) autoritariedade
- c) oportunidade
- d) disponibilidade

Espaço para rascunho

Noções de Direito Administrativo**Questão 32**

As atividades administrativas são exercidas de forma centralizada

- a) pelas fundações públicas e pelas autarquias.
- b) pelas autarquias e pelas organizações sociais.
- c) pelas sociedades de economia mista e pelas empresas públicas.
- d) pelo conjunto de órgãos que integram as pessoas políticas do Estado.

Questão 33

Em relação ao tema dos agentes públicos, provimento é definido como

- a) ato administrativo por meio do qual é preenchido o cargo público.
- b) investidura nas atribuições e responsabilidades inerentes ao cargo.
- c) efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.
- d) deslocamento do servidor para exercer as atividades em outra unidade do quadro de pessoal.

Questão 34

Os atos administrativos que podem ser praticados com certa liberdade de escolha são chamados atos

- a) simples
- b) discricionários
- c) vinculados
- d) complexos

Questão 35

Em relação ao tema do controle administrativo, quanto ao momento do exercício, a homologação de um procedimento licitatório é controle

- a) preventivo
- b) preparatório
- c) subsequente
- d) concomitante

Questão 36

Constitui forma pela qual o Poder Legislativo controla certos atos da Administração Pública:

- a) sustação de atos normativos do Executivo.
- b) instauração de inquérito civil público para anulação de ato viciado.
- c) revogação de atos administrativos por juízo de conveniência e oportunidade.
- d) concessão de liminar em ação popular para afastamento do agente público do cargo.

Questão 37

Em relação aos atributos dos atos administrativos, tem-se que

- a) a autoexecutoriedade é a capacidade de imposição a terceiros.
- b) a imperatividade autoriza a própria Administração a executar o ato.
- c) a tipicidade refere-se ao dever de o ato corresponder a figuras definidas em lei.
- d) a presunção de legitimidade é relativa à competência do órgão que editou o ato.

Espaço para rascunho

Noções de Direito Penal Militar**Questão 38**

Quanto aos crimes contra a administração militar, verifica-se que a pena por

- a) penetrar em fortaleza, quartel, estabelecimento militar, navio, aeronave, hangar ou em outro lugar sujeito à administração militar, é de até 6 meses de detenção.
- b) desacato a um superior hierárquico, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, ou procurando deprimir-lhe a autoridade, é de até 6 anos, se não houver agravantes.
- c) desobediência a uma ordem legal de autoridade militar, em especial de um oficial general ou comandante da unidade a que pertence o agente, pode variar de 6 a 8 meses.
- d) desacato a um militar no exercício da função de natureza militar ou em razão dela, é de 6 meses a 2 anos, se o fato não constitui outro crime de natureza mais grave.

Questão 39

A prescrição da ação penal, excetuando-se a superveniência de sentença condenatória de que somente o réu recorre, ocorre após decorridos

- a) 12 anos, se o máximo da pena é de 8 anos.
- b) 20 anos, se o máximo da pena é de 10 anos.
- c) 30 anos, se o máximo da pena é de 20 anos.
- d) 16 anos, se o máximo da pena não excede 15 anos.

Questão 40

É considerada pena acessória:

- a) a inclusão nas forças armadas
- b) a reversão dos direitos políticos
- c) a indignidade para o oficialato
- d) a perda da função pública, exceto a eletiva

Questão 41

Consideram-se crimes militares em tempo de paz os praticados por militar

- a) durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado ou civil.
- b) em lugar onde não haja administração militar, contra militar em situação diferente, na mesma situação ou assemelhado.
- c) em situação de atividade ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração civil, ou a ordem administrativa militar.
- d) em situação de atividade, atuando em razão da função, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva ou civil.

Espaço para rascunho

Questão 42

Em relação ao concurso de agentes, tem-se o seguinte:

- a) na prática de crime de autoria coletiva necessária, reputam-se cabeças os que dirigem, provocam, instigam, excitam ou impedem a ação.
- b) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição em contrário, são puníveis se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- c) a pena pode ser atenuada em relação ao agente que executa o crime, ou nele participa, se o crime for cometido mediante paga ou promessa de recompensa.
- d) quando o crime é cometido por inferiores e um ou mais oficiais, são estes considerados cabeças, assim como os inferiores que exercem função de oficial.

Questão 43

Em relação ao crime, verifica-se o seguinte:

- a) salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, desde que não haja dolo evidente.
- b) quando, por eficácia do meio empregado ou por impropriedade do objeto, não se consuma o crime, diz ser um crime impossível.
- c) o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- d) a existência do crime somente é imputável a quem lhe deu causa; e considera-se causa a ação ou omissão, sem a qual o resultado teria ocorrido.

Espaço para rascunho

Legislação Extravagante**Questão 44**

Um homem retira pólvora de vários cartuchos de uma arma de fogo, prepara um composto e promove várias explosões de grande ruído na rua, durante a festa junina do bairro. Diante do Estatuto do Desarmamento (Lei nº. 8.072/90), tal atitude será considerada

- a) crime, porque foi utilizada munição de arma de fogo.
- b) legal, porque não houve intenção de praticar um crime com as explosões.
- c) legal, porque não houve explosão do cartucho, mas da pólvora que foi retirada do recipiente.
- d) crime, porque houve explosão de munição, mesmo sem intenção de praticar conduta criminosa.

Questão 45

Um motociclista conduz sua motocicleta a 90 quilômetros por hora, em via urbana de trânsito rápido, na qual não há sinalização regulamentadora, e é abordado pela autoridade de trânsito, que lhe aplica multa sob a alegação de ter ultrapassado a velocidade permitida no local. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº. 9.503/97), a atitude da autoridade de trânsito é

- a) legal, porque em vias de trânsito rápido, a velocidade máxima é de 80 quilômetros por hora.
- b) ilegal, porque a velocidade máxima nas vias de trânsito rápido sem sinalização é de 60 quilômetros por hora.
- c) legal, porque o motociclista é obrigado a conduzir abaixo de 90 quilômetros por hora em via de trânsito rápido.
- d) ilegal, porque não há placas de sinalização no local e não é possível saber qual a velocidade máxima a ser praticada.

Questão 46

Nos casos de suspeita ou confirmação de violência contra pessoa idosa, segundo o Estatuto do Idoso (Lei nº. 10.741, art. 19), a notificação do fato é compulsória por parte dos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, e obrigatória

- a) à autoridade policial, ao Ministério Público, ao Conselho Municipal do Idoso e ao Juiz da Vara Criminal.
- b) à autoridade policial, ao Ministério Público, ao Conselho Estadual do Idoso e à Secretaria de Assistência Social.
- c) à autoridade policial, ao Ministério Público, ao Conselho Municipal do Idoso, ao Conselho Estadual do Idoso e ao Conselho Nacional do Idoso.
- d) à autoridade policial, ao Ministério Público, ao Conselho Nacional do Idoso e à Secretaria dos Direitos Humanos.

Questão 47

De acordo com o Estatuto Nacional do Idoso é considerado crime punível com reclusão a conduta de

- a) exhibir ou veicular informações ou imagens que depreciem a pessoa do idoso.
- b) deixar de cumprir, sem motivo justificado, a execução de ordem judicial em ações nas quais o idoso seja parte ou interveniente.
- c) abandonar idoso em hospitais ou não prover suas necessidades básicas, quando a obrigação resulta de lei ou mandado judicial.
- d) deixar de cumprir, sem motivação justificada, execução de ordem judicial expedida em ação civil pública em defesa de interesses difusos.

Espaço para rascunho

Questão 48

Um professor de ensino público, no exercício da função de mesário de uma eleição, decide proibir a entrada de votante na cabine de votação, por este usar bermudas. Conforme a lei que trata do direito de representação contra abuso de autoridade (Lei nº. 4.898/65), o ato do mesário, de proibir o exercício do voto livre, é abuso de autoridade, punível

- a) com sanções administrativa, civil e penal.
- b) apenas com sanção penal, por ser a conduta considerada crime previsto em lei.
- c) apenas com sanção civil, porque mesário não é considerado autoridade pública.
- d) apenas com sanções civil e penal, dado que o servidor não estava no exercício de sua função de professor.

Questão 49

São medidas de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/06):

- a) a inclusão, por prazo determinado, da mulher no cadastro de programas assistenciais do governo federal e estadual, o acesso prioritário à remoção, se servidora pública, e a manutenção do vínculo trabalhista quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até 12 meses.
- b) a inclusão, por prazo indeterminado, da mulher no cadastro de programas assistenciais do governo federal e municipal, o acesso prioritário à remoção, se servidora pública, e a manutenção do vínculo trabalhista quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até três meses.
- c) a inclusão, por prazo determinado, da mulher no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal, o acesso prioritário à remoção, se servidora pública, e a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.
- d) a inclusão, por prazo indeterminado, da mulher no cadastro de programas assistenciais do governo federal e municipal, o acesso prioritário à remoção, se servidora pública, e a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até quatro meses.

Questão 50

O fabricante de uma marca de molho de tomate, por engano de seus trabalhadores da seção de embalagem do produto, deixa de colocar no rótulo a quantidade contida no recipiente. De acordo com o Código do Consumidor (Lei nº. 8.078/90), a conduta é considerada

- a) crime doloso, punível com reclusão.
- b) crime culposo, punível com detenção.
- c) contravenção penal, punível com multa.
- d) ilícito administrativo, punível com suspensão do funcionamento.

Espaço para rascunho

Redação

Nos últimos anos, o comportamento agressivo no trânsito, por parte de muitos condutores considerados emocionalmente equilibrados, tem chamado a atenção não somente de pesquisadores mas também da sociedade em geral. Sobre esse assunto, leia a coletânea de textos a seguir.

Texto 1

No trânsito do século XXI, uma generosa frota invade as grandes cidades e as consequências dessa superpopulação de veículos geram um terreno perfeito para expressão de nossas mais primitivas emoções: o medo e a raiva. O comportamento emocional está nos “melhores e piores momentos dos motoristas no trânsito” e isso pode ser um grande indicador para todos os interessados na mudança de comportamento do condutor brasileiro. São emoções que transitam de seu universo interno para a via. E isto ocorre quando expurgam sua ira, chutando os retrovisores dos automóveis, ou quando deslocam o “medo de perder” para o pedal do acelerador numa ultrapassagem proibida. Quem está com raiva se envolve duas vezes mais em situações de risco e comete até quatro vezes mais agressões ao volante, segundo um estudo do psicólogo americano Jerry Deffenbacher, da Universidade do Colorado. Nessas situações, a emoção mal gerenciada promove um comportamento de risco que pode culminar num acidente ou conflito violento no trânsito.

RAMALHO, Rodrigo. *Os desafios do trânsito do século XXI e mudança de comportamento*. Disponível em: <<http://www.detran.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/os-desafios-do-transito-seculoXXI-detran-am.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2013. (Adaptado).

Texto 2

O corretor de seguros Gilberto, 45, deu uma bronca em um motorista de táxi que lhe cortou a frente. Ao ouvir um atravessado "não reclama porque você ainda está vivo", não pensou duas vezes... "Sabe aquele desenho do Walt Disney da década de 50? O Pateta que se transforma dentro do carro? Aquele sou eu. Eu viro um monstro. Entro no carro, respiro fundo e digo: 'Hoje nada vai me afetar'. Eu viro a esquina e já estou xingando alguém." O problema de Gilberto, que buscou tratamento após perder a conta do número de desentendimentos em que se envolveu no trânsito, está cada vez mais comum nas ruas da capital paulista. Todos os dias, segundo a Polícia Militar, entre os 35 mil chamados há, em média, 70 para atendimentos de brigas de trânsito na cidade. Uma média de um chamado a cada 20 minutos. Parte dos desentendimentos e das agressões é fruto da disputa entre motoristas por espaços das ruas e avenidas cada vez mais entupidas de veículos.

PAGNAN, Rogério. *PM separa 70 brigas de trânsito por dia; veja relato de motorista 'brigão'*. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/941254-pm-separa-70-brigas-de-transito-por-dia-veja-relato-de-motorista-brigao.shtml>>. Acesso em: 06 mar. 2013. (Adaptado).

Texto 3

Vivemos a civilização do automóvel, mas atrás do volante de um carro o homem se comporta como se ainda estivesse nas cavernas. Antes da roda. Luta com o seu semelhante pelo espaço na rua como se este espaço fosse o último mamute. Usando as mesmas táticas de intimidação, apenas buzinando em vez de rosnar ou rosnando em vez de morder. O trânsito em qualquer cidade do mundo é uma metáfora para a vida competitiva que a gente leva, cada um dentro do seu próprio pequeno mundo de metal tentando levar vantagem sobre o outro, ou pelo menos tentando não se deixar intimidar. E provando que não há nada menos civilizado que a civilização. Mas há uma exceção. Uma pequena clareira de solidariedade no jângal. É a porta aberta. Quando o carro ao seu lado emparelha com o seu e alguém põe a cabeça para fora, você se prepara para o pior. Prepara a resposta. “É a sua!” Mas você pode ter uma surpresa. – Porta aberta! – O quê? Você custa a acreditar que nem você nem ninguém da sua família está sendo xingado. Mas não, o inimigo está sinceramente preocupado com a possibilidade da porta se abrir e você cair do carro. A porta aberta determina uma espécie de trégua tácita. Todos a apontam. Vão atrás, buzinando freneticamente, se por acaso você não ouviu o primeiro aviso. É como um código de honra, um intervalo nas hostilidades. Se a porta se abrir e você cair mesmo na rua, aí passam por cima. Mas avisaram. Quer dizer, ainda não voltamos ao estado animal.

VERÍSSIMO, Luiz Fernando. *Solidários na porta*. Disponível em: <<http://saritaerthal.blogspot.com.br/2012/04/solidarios-na-porta.html>>. Acesso em: 04 mar. 2013. (Adaptado).

Texto 4

É notório que o trânsito é uma questão de comportamento social, já que envolve grupos, diversas classes sociais e mata indiscriminadamente; poderíamos dizer até que a mortalidade no trânsito é democrática, atingindo todas as pessoas, sem diferenciação social, educacional, religiosa ou política. Eduardo Vasconcelos, no livro *O que é Trânsito?*, traz uma definição muito interessante: "o trânsito é uma disputa pelo espaço físico, que reflete uma disputa pelo tempo e pelo acesso aos equipamentos urbanos. Uma negociação permanente do espaço, coletiva e conflituosa. E essa negociação, dadas as características de nossa sociedade, não se dá entre pessoas iguais: a disputa pelo espaço tem uma base ideológica e política, ou seja, depende de como as pessoas se veem na sociedade e de seu acesso real ao poder." Assim, a luta que se estabelece no trânsito é acirrada, mais ou menos previsível, conforme as pessoas sintam-se ou não iguais perante seus direitos à circulação do trânsito.

MACHADO, Adriane Picchetto. *Comportamento e trânsito*. Disponível em: <http://www.qualitapsi.com.br/transito_textos/artigo-comportamento-transito.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2013. (Adaptado).

Com base na leitura da coletânea, escreva um texto dissertativo argumentativo discutindo a seguinte questão-tema:

**Quais os fatores que determinam
a mudança de comportamento dos condutores no trânsito?**

Espaço para rascunho

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____
- 4 _____
- 5 _____
- 6 _____
- 7 _____
- 8 _____
- 9 _____
- 10 _____
- 11 _____
- 12 _____
- 13 _____
- 14 _____
- 15 _____
- 16 _____
- 17 _____
- 18 _____
- 19 _____
- 20 _____
- 21 _____
- 22 _____
- 23 _____
- 24 _____
- 25 _____
- 26 _____
- 27 _____
- 28 _____
- 29 _____
- 30 _____

